

Estratégia de Desenvolvimento Local – Parceria Territorial ESDIME 2023-2027

NOME BENEFICIÁRIO	ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL – Entidade Gestora da Parceria Territorial ESDIME 2023-2027
NIFAP	v7164712
DESIGNAÇÃO	Estratégia Territorial ESDIME 2023-2027
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A presente Estratégia de Desenvolvimento Local compreende 5 concelhos do Baixo Alentejo e alicerça-se na inovação social e no desenvolvimento regenerativo como motores de inovação, de transição ecológica e de crescimento sustentável. Nos pontos seguintes veremos como a mesma cobre as áreas em que foram detetadas as maiores oportunidades a potenciar, as fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC.

Tratou-se de um processo iniciado em janeiro de 2022, amplamente participado e co construído.

2. CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Território Intervenção abrange 22 freguesias de 5 concelhos rurais do Baixo Alentejo: Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique. São consideradas todas as freguesias destes 5 concelhos, passando o Território de Intervenção a integrar mais 4 freguesias do que o território abrangido no DLBC2020, por deliberação dos respetivos municípios e freguesias e restantes parceiros, validada na reunião da parceria de 26-06-2023. População total é de 34.982 habitantes. Área total do TI é de 3.116 km².

3. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA TERRITORIAL ESDIME 2023-2027 E MODELO ORGANIZACIONAL

i. Entidade proponente

O **GAL ESDIME** candidata-se como parceria reduzida a escrito, sem personalidade jurídica, designando a ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL, como a sua entidade gestora (EG).

ii. Parceria - identificação dos parceiros aderentes:

A Parceria Territorial do Gal ESDIME é constituída por 86 parceiros representativos da diversidade socioeconómica e cultural do território. 54 São entidades privadas (representando 62,8% do total parceiros) e 32 são entidades públicas (representando 37,2% do total parceiros). Estão representados os seguintes setores de atividade: Agricultura (13 parceiros); Agroalimentar (4 parceiros); Ambiente (2 parceiros); Educação (4 parceiros); Floresta (1 parceiro); Indústria (1 parceiro); Património / Cultura (9 parceiros); Social (19 parceiros, incluindo EG-ESDIME); Turismo (3 parceiros); Outros: Administração Pública Local (25 parceiros); Desenvolvimento Local/Regional (2 parceiros); Associações Empresariais (1 parceiro); Associações Sindicais (1 parceiro); Construção Civil (1 parceiro).

As cartas de adesão ao Conselho de Parceiros ESDIME (GAL), que sustentam o Acordo de Parceria, foram carregadas no formulário de candidatura para cada parceiro respetivamente. O Acordo de Parceria, assinado pelas entidades que participaram na reunião de aprovação da estratégia, e a carta de adesão da ESDIME ao CP foram carregados na área do parceiro ESDIME.

Há um aumento do n.º de setores de atividade/áreas temáticas (de 11 para 14), sendo que a representatividade temática e setorial é muito adequada face aos objetivos propostos na estratégia e fundamental para a concretização da EDL – considera-se que 92,9% dos setores são representativos e relevantes (a saber: agricultura, agroalimentar, ambiente, educação, floresta, indústria, património/cultura, social, turismo; outros: Administração Pública Local; Desenvolvimento. Regional e Local, Associações Empresariais, Construção). Também se verifica um aumento do n.º de parceiros (de 81 para 86).

(Para informação completa sobre o número de parceiros, tipologia e caracterização, ver ponto 5.1 - Parceria / Entidades Envolvidas do formulário de candidatura)

iii. Entidade Gestora – ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL.

A ESDIME foi constituída em Fev. 1989 e é uma Cooperativa Solidariedade Social, com uma forte intervenção no domínio da formação e da qualificação das pessoas e na promoção do empreendedorismo e da dinâmica do tecido empresarial e do desenvolvimento rural/local. A sua intervenção compreende as seguintes áreas: desenvolvimento rural; formação; promoção da cidadania e do desenvolvimento social; apoio ao associativismo; igualdade de género; apoio à criação e revitalização de empresas; cooperação para o desenvolvimento. É entidade gestora de fundos de apoio às iniciativas em meio rural desde 1995, com particular enfoque na abordagem LEADER (LEADER II, LEADER+, Eixo LEADER do PRODER, DLBC Rural 2014-2020), com resultados expressivos ao longo destes quase 30 anos (1995-2023).

iv. Modelo organizacional

A Parceria Territorial ESDIME 2023-2027 surge na sequência dos Conselhos de Cooperação e de Parceiros constituídos para a gestão e acompanhamento dos Programas LEADER II, LEADER+, SP 3 do PRODER – Abordagem LEADER e DLBC Rural 2014-2020, respetivamente, numa experiência acumulada de 28 anos. O Conselho de Parceiros ESDIME 2023-2027 terá, à semelhança das anteriores e atual parcerias, um Regulamento que definirá as normas de funcionamento. O GAL tem por missão garantir que a EDL para o território seja dinamizada, executada, gerida, monitorizada e avaliada de forma eficiente, transparente e participada. O Conselho de Parceiros ESDIME 2023-2027 obedecerá aos regulamentos aplicáveis para a dinamização dos instrumentos da estratégia DLBC Rural.

Proposta de Regulamento do Conselho de Parceiros ESDIME 2023-2027:

- Determina a ESDIME, enquanto Entidade Gestora (EG), responsável pela candidatura perante a Autoridade de Gestão e de Pagamento e pela dinamização e coordenação das atividades e ações inscritas na EDL aprovada, assim como pelo processo de envolvimento dos parceiros cabendo-lhe ainda coordenação do trabalho dos parceiros nas diferentes atividades de dinamização da EDL.

- Órgãos de coordenação e gestão da atividade: Conselho de Parceiros ESDIME 2023-2027 e Órgão de Gestão (OG):

- > O **Conselho de Parceiros ESDIME 2023-2027** é constituído por todas as organizações e instituições locais e regionais com papel relevante nas comunidades e grupos sociais da Região do Alentejo Sudoeste que declararam expressamente e por escrito a sua adesão e que para o efeito comprovaram a sua atividade (6 entidades). Trata-se do órgão deliberativo da Parceria e é constituído pela totalidade dos parceiros em efetividade de funções. É coordenado por uma mesa composta por um Presidente e dois Secretários eleitos em Plenário – a eleger no último trimestre de 2023.

- > O **Órgão de Gestão (OG)** é o órgão executivo, nomeado e exonerado pela Assembleia de Parceiros, e será constituído por 7 ou 9 elementos, devendo refletir de forma proporcional a composição da Parceria Territorial. A composição do OG deve respeitar o princípio de que as entidades públicas ou qualquer grupo de interesse não podem representar mais que 49% dos

direitos de votos em processos de decisão. O OG inclui obrigatoriamente a entidade gestora que o presidirá. Deverá ser sempre que possível assegurada a representatividade sócio territorial do território. A eleição dos membros do Órgão de Gestão é realizada em Plenário do Conselho de Parceiros (a eleger no último trimestre de 2023), mediante proposta da Entidade Gestora.

O apoio técnico ao OG é assegurado pela **Estrutura Técnica Local (ETL)**. Trata-se da equipa operacional do OG que o assessorará em todas as matérias essenciais à tomada de decisão, à animação, execução e avaliação da EDL. A ETL é gerida por um/a coordenador/a, e composta por uma equipa multidisciplinar de técnicos com formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da EDL para o território de intervenção, e pelo devido apoio administrativo. A ETL deverá, no desempenho das suas funções, **garantir o respeito pelo princípio básico da segregação de funções**.

Mecanismos para assegurar a participação dos parceiros

Será elaborado um regulamento interno da parceria que identificará o conjunto de dispositivos que prevejam a participação dos parceiros locais na sua execução. Prevê-se a realização de reuniões da parceria, com uma periodicidade semestral, com objetivo da partilha de informação sobre a execução da EDL, bem como momentos de reflexão em torno das áreas-chave da estratégia divididos pelas várias ações que a DLBC Rural vier a integrar, de forma a fazer o acompanhamento e avaliação da execução das mesmas bem como a produzir recomendações ao OG. Estas reuniões incluem visitas (a projetos e iniciativas apoiados/financiados e a outros relevantes), workshops, encontros temáticos com especialistas, innovation brokers e pioneiros de iniciativas de sucesso em territórios com constrangimentos ou possíveis soluções comuns. As reuniões da parceria serão organizadas com recurso a metodologias de facilitação que permitam fomentar o trabalho colaborativo, a aprendizagem coletiva e a co-construção de soluções e estratégias territoriais, aprofundando a metodologia utilizada na construção da Estratégia Territorial ESDIME 2027-2040. As metodologias devem ser baseadas na responsabilidade e no compromisso partilhado e num ambiente que proporcione uma cultura territorial de confiança, cooperação e comunicação autêntica.

A análise, seleção, hierarquização, acompanhamento das candidaturas/operações dos beneficiários serão efetuadas de acordo com o Manual de Procedimentos a aprovar em fase posterior e na sequência do praticado atualmente com a gestão do DLBC Rural 2014-2020.

Quanto à avaliação interna da ELD, prevê-se o mesmo formato utilizado para avaliação do DLBC Rural 2014-2020: um processo complexo de acompanhamento, análise e reflexão, a partir dum *sistema misto* de avaliação, i.e. uma *avaliação interativa*, na qual um avaliador externo à organização, em estreita articulação com os órgãos do GAL, definirá a metodologia de avaliação e irá conceber um documento, assegurando a participação e a cooperação da entidade em todo o processo.

4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO, À PARTIDA, ATRAVÉS DA ANÁLISE SWOT

No processo de construção colaborativa da Estratégia Territorial Integrada a Parceria escolheu realizar a análise NOISE, em substituição da tradicional SWOT, uma vez que esta última inclui dimensões semelhantes à SWOT, mas foca-se na análise pela positiva, em que as fraquezas são substituídas pelas melhorias (improvements), realçando também as exceções, que significam nesta análise, aquilo de positivo que já está a ser implementado. A análise NOISE apresentada resulta da integração da informação dos relatórios e diagnósticos sintetizados pela equipa da ESDIME, das informações e ideias recolhidas através dos Focus Groups, da experiência no terreno, mas sintetiza sobretudo, a construção participada do exercício de dois dias com a metodologia de colaboração Open Space Technology. Na análise NOISE, analisam-se as seguintes dimensões:

Needs - O que necessita estar presente ou que condições são necessárias para que a estratégia alcance o seu objetivo?

Opportunities - Que fatores externos fornecem oportunidades para que o território cresça ou desenvolva?

Improvements – Que mudanças são necessárias no território para que este cuide das suas necessidades e aproveite as oportunidades identificadas?

Strenghts - O que é que o território já faz bem? Quais os seus pontos fortes?

Exceptions - Dos quatro quadrantes anteriores, o que já está a presente e a ser desenvolvido?

i. População

Forças: Aumento da população estrangeira com estatuto legal de residente na última década. Aumento significativo do nível de escolarização da população, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós-secundário.

Fraquezas: Decréscimo populacional no TI de 7% face a 2011, mais acentuado nos concelhos de Ourique (10,2%) e de Almodôvar (9,9%). Agravamento do fenómeno de duplo envelhecimento da população, com o aumento expressivo da população idosa e a diminuição da população jovem.

Oportunidades: Decréscimo populacional em Aljustrel e Castro Verde de 4,1% e 5,5%, uma perda percentual inferior à média do Alentejo, o que associado ao crescimento da atividade mineira e afins se traduz numa oportunidade de atração de pessoas. Os fenómenos de migração associados às novas culturas regadas podem ser uma oportunidade, se foram garantidos programas inovadores para o acolhimento de migrantes, que garantam a sua plena integração, condições dignas de habitação, acesso à saúde, aprendizagem da língua e o equilíbrio de género.

Ameaça: Aumento expressivo do custo da habitação, resultante do aumento da procura (com exemplos díspares: em Aljustrel e Castro Verde por via do aumento da mão-de-obra especializada na atividade mineira e afins; em Ferreira Alentejo por via do aumento da mão-de-obra não qualificada para as atividades agrícolas) e da especulação imobiliária associada e de uma oferta insuficiente. Cobertura dos serviços de saúde insuficientes.

ii. Economia e Emprego

Conforme os dados do INE, na região do Alentejo, em comparação com o período homólogo (maio 2021), impactado pela pandemia, registou-se uma diminuição do desemprego em cerca de 22%.

No TI as principais atividades económicas desenvolvem-se em torno das atividades mineiras, com a presença de duas grandes empresas mineiras em Castro Verde e Aljustrel, com repercussões positivas atuais no emprego dos concelhos limítrofes e maior atividade de comércio e serviços nos respetivos concelhos. Contudo, cria situações de dependência e consequente vulnerabilidade futura face à exploração de recursos limitados.

Nas zonas de sequeiro dominam as atividades agrosilvopastoris (produção pecuária de ovinos e bovinos, porco de montanha, cortiça) e a cinegética, porquanto se verifique, por outro lado, nas zonas com acesso à água (Aljustrel e Ferreira do Alentejo), o crescente desenvolvimento de culturas permanentes regadas (amendoal, olival e outras fruteiras). A maior intensidade deste setor propicia também uma maior dinâmica económica associada à transformação, serviços e comércio de equipamentos agrícolas nestes concelhos.

A identidade e o património natural são fatores diferenciados e potenciadores para criação de projetos regenerativos, turismo e para a bioeconomia, é possível desenvolver marcas potenciadoras de valorização da região e de autoemprego.

Importa replicar boas práticas de projetos com impacto. Importa incentivar a temática do empreendedorismo nas instituições locais de educação e desenhar programas que capacitem e

inspirem a população ativa, com perfil empreendedor, para um empreendedorismo inovador, bem como captar e divulgar as linhas de apoio existentes.

Necessidades: Diversificar o potencial económico do território. Criar valor na produção. Atrair e qualificar recursos. Aumentar o apoio a negócios inovadores. Reduzir a precariedade e sazonalidade no emprego. Apoiar a procura ativa de emprego. Atrair e fixar mão-de-obra agrícola com condições dignas. Criação de comunidades PALL (pequenas, abertas, locais e ligadas). Reforçar parcerias, aprendizagem colaborativa e troca de boas práticas.

Oportunidades: Bioeconomia. Valorização dos produtos artesanais com identidade cultural. Potencial das indústrias e projetos criativos. Economia circular. Incentivos Portugal 2030, PRR, Horizon2030. Capitalização de projetos e metodologias de sucesso de fomento da capacidade empreendedora de crianças, jovens e mulheres. Uso das novas tecnologias na integração de migrantes. Potencial de criação de bolsas de trabalhadores especializados que possam assegurar necessidades, respondendo à sazonalidade das culturas instaladas no TI.

Melhorias: Melhorar a cobertura digital e garantir pleno acesso. Promover alinhamento com ODS 8: trabalho digno e crescimento económico. Reforçar o empreendedorismo criativo. Adequar os cursos profissionais aos recursos e oportunidades do território. Criação de incubadoras. Promover modelos educacionais inovadores que capacitem para as “soft skills” e para os atuais desafios sociais.

Forças: Autenticidade e diversidade (diferenciadoras). Património natural, cultural e geomineiro. Regulamentos Municipais de apoio ao empreendedorismo. Regadio como motor de desenvolvimento económico em alguns municípios.

Exceções: Incubadoras (In Castro, IPBeja, NERBE). Programas Municipais para integração de Migrantes (Ferreira do Alentejo).

iii. Recursos naturais e culturais

Necessidades: Valorizar a cultura e o património rural. Reter, infiltrar e espalhar água na paisagem. Melhorar a qualidade dos solos. Compatibilizar os usos agrícolas e industriais com a regeneração dos recursos naturais e as funções do ecossistema, nomeadamente da água, solo e biodiversidade.

Oportunidades: Valorização dos produtos artesanais com identidade cultural. Potencial das indústrias e projetos criativos/ Programa Europa Criativa. Bioeconomia. Agricultura regenerativa.

Melhorias: Assegurar a salvaguarda do património cultural. Promover a inovação, conciliando o respeito e salvaguarda da identidade cultural com a abertura para novas culturas, novas sensibilidades e a disrupção artística. Adequar e planear o acesso à água nas zonas de regadio com a necessidade de salvaguardar os recursos solo, água e biodiversidade. Adequar o Plano Zonal de Castro Verde às necessidades de regeneração dos solos e de reter água. Encontrar formas de melhorar e valorizar os sistemas agroflorestais atuais ou considerar novas consociações mais adaptadas aos cenários climáticos. Assegurar corredores verdes para a biodiversidade.

Forças: Autenticidade e diversidade como elementos diferenciadores. Património natural, histórico/cultural e geomineiro muito rico e com forte identidade. Herança intemporal única e diferenciadora. Reserva da Biosfera de Castro Verde. Áreas extensas de montados antigos

Exceções: Centro de Artes e da Viola Campaniça/Cante nas Escolas. Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalves (LPN).

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.)

É fundamental a inovação de processos e serviços, em particular aqueles que estão relacionados com os aspetos distintos e únicos do território. O ecossistema montado, que

combina a agricultura, a criação de gado e a floresta de azinheiras e sobreiros, pode ser um aliado contra as alterações climáticas, se bem gerido e se permitir a regeneração, a sucessão ecológica e as funções de ecossistema, e assim concentrar mais matéria orgânica e água no solo, agindo como proteção dos fogos florestais. Mas urge introduzir práticas regenerativas que permitam proteger o solo.

De igual forma, afigura-se essencial apostar de forma inovadora na criação de produtos, para além do tradicional, sensibilizando para a qualidade dos mesmos e na dinamização de espaços locais de proximidade com acesso a multisserviços, incluindo mercados locais de consumo. O desenho de bacias alimentares regionais também constitui uma oportunidade para a produção local.

A crise pandémica COVID-19 trouxe mudanças na sociedade, em particular o desejo de viver em espaços perto da natureza, que podem ser benéficas para as áreas rurais.

A criação de redes de infraestruturas de transportes e energia é um passo fundamental, nomeadamente, no incentivo à utilização de transportes amigos do ambiente, o incentivo à utilização de bicicletas através da criação de redes de ciclovias e outras soluções inteligentes de mobilidade.

É crucial o acesso à Internet de fibra e/ou à conexão 5G para todos e, em simultâneo, a capacitação para o digital.

A revitalização dos centros rurais passa por um melhor aproveitamento de edifícios abandonados e a transformação destes para habitação, espaços de serviços e hubs de aldeia.

Necessidades: Criar valor nas indústrias alimentares e produtos do sequeiro. Desburocratizar exigências legais na pequena agricultura. Promover transição energética e economia circular. Sensibilizar para a qualidade dos produtos do montado. Estimular a produção e consumo local e sustentável, incluindo nas cantinas de restauração coletiva. Revitalizar aldeias e centros históricos. Promover serviços de uso partilhado. Melhorar parque habitacional. Assegurar acesso a serviços básicos com qualidade.

Oportunidades: Replicabilidade de boas práticas de produção e consumo local e sustentável. PNAES. Perímetros de rega (Odívelas, Roxo e EFMA). PRR e PEPAC. Programa URBACT.

Melhorias: Melhoria da Medida Cadeias Curtas e Mercados Locais. Criar programas de acesso à terra com oferta de serviços para novos rurais. Adotar princípios de agricultura regenerativa, de retenção de água, de manejo holístico e colocar a tecnologia e a *smart agriculture* ao serviço desses princípios. Proteger e regenerar os montados. Desenvolver infraestruturas agrologísticas para a valorização dos produtos agrícolas, pecuários e recursos florestais não lenhosos. Promover a sustentabilidade ambiental e social das culturas intensivas de regadio. Promover estratégias locais para os circuitos curtos. Promover o uso alternativo de edifícios abandonados. Estimular hubs e serviços de proximidade. Estabelecer programas inovadores entre designers, arquitetos, urbanistas para a criação de soluções de habitação a custos controlados e para a revitalização dos centros históricos.

Forças: Montado / Produção de porco de raça alentejana e respetivos produtos. Produtos locais de qualidade. Perímetros de rega. Novas fileiras organizadas para exportação.

Exceções: Projeto Pastagens Regenerativas. Projeto TerrAlimenta (PNAES).

v. Sustentabilidade e Clima (adaptação e mitigação às alterações climáticas, economia circular, bioeconomia, modos de produção mais amigos do ambiente)

As comunidades rurais são altamente dependentes dos recursos naturais. Quando são afetadas pelas alterações climáticas, verifica-se um impacto na segurança alimentar, nos meios de subsistência, na saúde e nas infraestruturas físicas. É prioritário criar e/ou implementar planos de adaptação climática municipais que incluam estratégias destinadas a aumentar a capacidade e a resiliência do território e das comunidades.

Existem metodologias e abordagens ao nível da agroecologia e da agricultura regenerativa que, conjugadas com uma gestão eficiente da água, podem ser difundidas e incluídas nas estratégias

locais, de modo a alavancar a transição. Um plano de ação para a economia circular conjugado com um investimento na literacia climática são elementos fundamentais para uma transição climática resiliente.

Necessidades: Aumentar a sensibilização, consciencialização e literacia das comunidades (da primeira infância aos idosos) para a mitigação e a adaptação climática e economia circular. Promover uma cultura de cuidado com o ambiente. Reduzir os danos e impactos das atividades produtivas (agricultura, agroindústria e indústrias extrativas). Desenvolver modelos de produção baseados na economia circular e no desenvolvimento regenerativo, que garantam a regeneração dos recursos naturais e a preservação de habitats naturais. Promover circuitos curtos e a soberania alimentar ao nível das produções mais adaptadas aos cenários climáticos.

Melhorias: Melhorar o planeamento regional no combate às alterações climáticas e gestão de recursos. Fomentar o uso e gestão de solo que contribua para a fixação de carbono, preservação da biodiversidade, do solo e da água. Desenvolver quadros de apoio a comunidades de energia renováveis. Promover a colaboração e inteligência coletiva para o desenho de paisagens de retenção de água. Promover a arquitetura bioclimática e a renovação de edifícios para serem climaticamente adaptados e neutros. Melhorar a compostagem e a gestão de resíduos. Promover o ensombramento urbano e o conforto térmico dos edifícios.

Oportunidades: Valorização dos circuitos curtos e consumo local. Instrumento Territorial Integrado (ITI) Água e Ecossistemas da Paisagem – Algarve e Alentejo. Paisagens naturais e culturais valorizadas. PR Alentejo 2030. Agricultura regenerativa e agroecológica e eco-inovações nas zonas rurais. Área crescente de culturas permanentes pode fixar maior quantidade de CO₂ se bem geridas. Plano de Ação para a Economia circular. Eco parques para entrega de resíduos.

Forças: Rede de cooperação e boas práticas de agricultura regenerativas pioneiras que podem ser escaladas. Crescimento do parque automóvel com energias limpas. FabLAB Buinho com inovações que contribuem para transição climática. Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do concelho de Almodôvar. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo.

Exceções: Reserva da Biosfera de Castro Verde. Projeto Pastagens regenerativas. Reciclagem Porta a porta. Projeto TerrAlimenta/ PNAES). Utilização de renováveis enquanto mobiliário urbano de ensombramento.

vi. Transição energética e digital

A temática da transição digital está interconectada com a qualidade das estruturas e dos serviços, bem como com as oportunidades de emprego e com o empreendedorismo (a possibilidade de vender produtos e marcas locais num mercado global). Devido ao impacto sistémico da transição digital, afigura-se crítico adotar um modelo que envolva todas as partes interessadas no território.

Este tema implica a cooperação entre os municípios, o sector empresarial, os residentes, as organizações da sociedade civil e o meio académico num envolvimento sistémico que aumenta a probabilidade de sucesso de iniciativas de impacto e potencializa parcerias estratégicas no desenho de novos processos, produtos e serviços.

Na transição energética é essencial desenvolver um quadro de apoio a comunidades de energia baseadas em recursos renováveis e promover a arquitetura bioclimática, as comunidades de energia limpa e sustentável e a renovação de edifícios, equipamentos e frotas de veículos para serem eficientes energeticamente e neutros e alavancar a transição.

Necessidades: Aumentar o acesso a soluções digitais de alta qualidade. Cobertura integral de banda larga. Melhorar o quadro legislativo sobre proteção de dados. Aumentar a alfabetização digital dos cidadãos. Aumentar a transparência da tecnologia (Inteligência Artificial + Inteligência coletiva).

Melhorias: Desenvolver quadros de apoio a comunidades de energia renováveis. Garantir o acesso digital a todos os cidadãos rurais. Capacitar para literacia digital. Incentivar modelos de negócio com base nas tecnologias digitais. Fortalecer o uso das tecnologias digitais na economia. Melhorar a cooperação entre sociedade civil, empresarial, poder local e I&DT.

Oportunidades: Estímulo a modalidades de trabalho remoto. Contributo da pandemia para o aumento da cobertura e literacia digital, e consequente atração de nómadas digitais e start-ups tecnológicas em meio rural, aspeto fortalecido pelo 5G. Novos serviços nas áreas de eventos criativos, bioenergias, economia circular e bioeconomia. Plataformas digitais colaborativas. Ciência dos dados e Inteligência Artificial. Living Labs. Programa europa digital. Alentejo Digital Innovation Hub.

Forças: Crescimento do parque automóvel com energias limpas. Aumento do acesso e qualidade dos serviços digitais.

Exceções: Utilização de renováveis enquanto mobiliário urbano de ensombramento Castro Wireless. FabLabBuiinho.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

A procura de abordagens alternativas e inovadoras para responder a problemas sociais encontra-se no cerne da inovação social. Importa a criação de hubs de inovação social onde universidades, projetos de impacto e cidadãos possam partilhar conhecimento e aprender sobre o território. Estes hubs estão na base da criação de uma massa crítica futura, determinante para a formação de uma cultura territorial de inovação, como podem ser, por exemplo, as “Aldeias inteligentes”. Além disso, também contribuem para a resolução e teste de soluções para desafios importantes, como a violência doméstica, a promoção da interculturalidade, a inclusão de grupos minoritários e a integração necessária entre os novos rurais, a diáspora alentejana e os residentes.

Destaca-se ainda a necessidade de alinhamento das ações de cidadania com as estratégias globais, nomeadamente os ODS, as ações e os projetos juvenis pelo clima e pela regeneração do planeta.

Nos territórios em questão, a sociedade civil inclui também os grupos minoritários, os migrantes que devem ser convidados e apoiados a participar na construção da comunidade. As estruturas associativas e as instituições locais têm um papel determinante no acolhimento e na integração dos novos rurais, sejam eles nómadas digitais ou migrantes sazonais. Defende-se que os cidadãos devem participar e ter voz ativa nos assuntos que os afetam.

Mecanismos como o conselho de cidadãos ou o orçamento participativo integram um processo de sensibilização para a participação ativa dos cidadãos, incluindo os jovens. Importa criar espaços seguros e de aprendizagem mútua para a participação florescer. A participação incentiva a responsabilidade, a confiança e o cuidado. A educação das pessoas jovens para a participação e cidadania reforça a importância do papel destes na sociedade, com externalidades ao nível dos respetivos familiares e pares.

Necessidades: Aumentar a ação comunitária de base local e as lideranças colaborativas. Criar condições e novos modelos para a fixação de pessoas. Promover o sentido de pertença ao território. Fortalecer conexões e colaboração entre pessoas, promover cultura organizacional, práticas de escuta ativa e de comunicação autêntica. Promover o bem-estar e a felicidade. Adaptar o ensino às necessidades e desafios atuais. Incrementar respostas sociais inovadoras e diferenciadas a públicos específicos (idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica).

Melhorias: Melhorar condições de vida dos migrantes. Criar programas interculturais, intergeracionais e fortalecer a identidade cultural. Promover a capacitação e integração de migrantes. Promover a igualdade de género e combate à violência de género. Educar os jovens para a criatividade e cidadania ativa como resposta aos desafios sociais.

Oportunidades: Processos replicáveis de envolvimento de jovens nos processos de tomada de decisão. Integração de neorurais, diáspora e migrantes com novo olhar sobre o território. Projetos culturais não formais da sociedade civil. Programa Portugal Inovação Social. Medida DLBC - Projetos inovadores experimentais na área social. Aldeias inteligentes (smart villages). Adesão e capacitação do território para novas metodologias de participação e colaboração.

Forças: Forte ligação entre Diáspora. Incubadora de Inovação Social de Beja. Experiência LEADER. Orçamento participativo.

Exceções: Projeto Empoderar para Transformar/ESDIME. Orçamento participativo: Projeto Pedalar sem idade.

5. DESAFIOS, ÁREAS DE INTERVENÇÃO, OBJETIVOS E METAS E RESULTADOS

Os paradoxos do envelhecimento da população vs o acolhimento e inclusão das comunidades migrantes; o mindset da escassez vs a abundância que já existe no território; a agricultura degenerativa vs as novas formas de cuidar do solo (agricultura regenerativa, agroecologia); a seca, a herança cultural, a chegada de novas culturas ao território; o isolamento, a falta de acesso à tecnologia digital e aos transportes, a distinção de Évora como capital europeia da cultura, a qualidade dos produtos da região: o vinho, azeite e a cortiça, uma natureza exuberante – constituem desafios ao território que exigem comunidades que pensem por si próprias, empreendam, inovem, colaborem e testem novos conceitos para tirar partido das oportunidades e, assim, tornar o território um lugar melhor para se viver. A Macro Estratégia contempla 4 Enfoques temáticos (ET) / Desafios, estruturados em 7 áreas de intervenção (AI):

ET 1- Território Forte e Inclusivo , que interliga os desafios da coesão social, da interculturalidade, da igualdade de género e igualdade de oportunidades, da cidadania ativa e da diversidade, numa Agenda para o Bem-estar e Felicidade:			
Áreas de Intervenção	AI 1- Cidadania e Inovação Social AI 2 - Governança e Envolvimento da Sociedade Civil		
Objetivos:			
Assegurar o direito à autodeterminação e à autonomia das pessoas. Promover e educar para uma sociedade inclusiva e integradora da diversidade. Assegurar a igualdade de género e a igualdade de oportunidades. Criar um ecossistema de inovação social. Promover uma cultura de colaboração e participação, fortalecendo e impulsionando a ação coletiva para a co construção de soluções para os desafios do território. Reforçar e desenvolver capacidades individuais e coletivas. Melhorar o parque habitacional. Melhorar os acessos aos serviços fundamentais de educação, saúde e cuidados, em todas as idades. Apoiar estratégias "Aldeias Inteligentes".			
Necessidades Principais	Necessidades complementares	Resultados	% FEADER
PTOE8N1 COE8N3 COE8N7	PTOE2N1 COE7N5 PTOTN2	R.37	0,88%
		R.40	3,75%
		R.41	10%
		R.42	7,5%

ET2- Território Conectado , que considera os desafios das acessibilidades, da conectividade e mobilidade de qualidade, com impacto sinérgico em todos os outros enfoques:	
Áreas de Intervenção	AI 3- Infraestruturas e Serviços AI 4- Transição digital e Tecnológica
Objetivos:	
Melhorar o parque habitacional de acordo com a realidade local. Assegurar acessibilidades entre aglomerados urbanos e rurais e para outros grandes centros urbanos. Promover ações de alfabetização da comunidade do ponto de vista digital. Assegurar cobertura de banda larga para todas as pessoas. Aplicar taxas sociais aos serviços de Internet. Aumentar os postos de	

carregamento de carros elétricos. Apoiar estratégias "Smart villages"/"Smart rural".			
Necessidades Principais	Necessidades complementares	Resultados	% FEADER
PTOE8N1	PTOE2N1	R.40	1,95%
	PTOTN1	R.41	2,5%

ET 3- Território Próspero, que traduz o desafio e a necessidade de criação de um ecossistema de inovação, onde o território se torna um laboratório para a prosperidade a partir do desenvolvimento regenerativo.

Áreas de Intervenção		AI 5- Economia, Emprego, Empreendedorismo AI 6- Produção e Fornecimento de Bens Básicos			
Objetivos:					
Qualificar o emprego e as condições trabalho e promover “ocupações construtivas”. Promover e fomentar novos modelos de trabalho e de organização. Estimular a colaboração entre o setor de I&ED e o tecido produtivo/empresarial para incorporação de inovação e tecnologia nos sistemas produtivos. Promover o empreendedorismo e um mindset empreendedor e criativo na população jovem e adulta. Incrementar a capacidade e competitividade produtiva e a bioeconomia numa lógica de desenvolvimento regenerativo. Incrementar a soberania alimentar, promovendo a agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização. Diversificar as atividades económicas e valorizar as produções e os serviços locais através da tecnologia e da inovação. Incorporar a economia circular em todos os setores de atividade em alinhamento com o Plano de Ação para Economia Circular.					
Necessidades Principais		Necessidades complementares		Resultados	% FEADER
PTOE8N1 PTOE8N2 COE8N1 COE8N2	COE8N5 COE8N6 COE8N7	COE1N5 COE2N1 PTOE2N1 COE6N5 COE6N6 COE7N5	COE9N5 PTOTN1 PTOTN2 PTOTN4 PTOTN3	R.37	7,12%
				R.39	23,75%
				R.40	0,90%
				R.9	22,5%
				R.10	10,2%
				R.15	1,75%
				R.17	1,5%
				R.18	0,9

ET 4- Território Resiliente e Regenerado, que traduz a aspiração e a necessidade imperiosa de transição do território para a adaptação climática e sustentabilidade ambiental:

Áreas de Intervenção	AI 7- Transição Ecológica e Climática			
Objetivos:				
Promover a resiliência e regeneração dos ecossistemas, a agricultura regenerativa e o incremento da capacidade produtiva dos solos e a retenção de água. Promover a gestão da água. Alcançar a eficiência energética. Adotar a economia circular em todos os setores de atividade. Promover a resiliência e regeneração em meio urbano.				
Necessidades Principais	Necessidades complementares		Resultados	% FEADER
PTOE8N1 PTOE8N2 COE8N2 COE8N5 COE8N6	PTOE2N1	COE6N5 COE6N6 COE9N5 COE9N8 PTOTN4	R.39	1,25%
	PTOE4N1		R.40	0,90%
	COE4N5		R.10	1,8%
	PTOE4N2		R.15	0,75%
	PTOE6N1		R.17	0,1%
	COE6N4			

6. ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS, TENDO EM VISTA A ELABORAÇÃO DA EDL E A CONSTITUIÇÃO/REFORÇO DA PARCERIA

Na 1ª fase de trabalho (da construção do diagnóstico ao início da construção da estratégia), a metodologia adotada teve como base duas fases e processos participativos distintos. Começou por realizar-se o Diagnóstico Participativo, através da metodologia Open Space Technology, com Facilitação Dinâmica e apoio da Facilitação Gráfica (2 sessões com cerca de 70 participantes cada). Mais tarde, o processo ficou concluído via *focus groups* (5 reuniões) e revisão técnica.

Na segunda fase, a Estratégia Participada foi sustentada por uma diversidade de metodologias e ferramentas participativas inovadoras, incluindo: Estruturas Libertadoras, Dragon Dreaming Project Design, Princípios da Regeneração, Design Thinking, System Thinking, World Café, Visual Thinking e Princípios do Desenvolvimento Regenerativo, materializadas em duas sessões de trabalho coletivas de planeamento, 7 reuniões por grupos de trabalho e uma reunião geral de apresentação de resultados, avaliação e celebração.

É importante referir que a presente estratégia pertence a todas as entidades do território e aspira a servir as mesmas. Todo o processo foi cocriado colaborativamente pelas entidades locais: as fases de trabalho participativo e colaborativo com os agentes locais permitiram atualizar o diagnóstico territorial, definir uma visão coletiva para o território, validar as prioridades estratégicas, os objetivos, as ações e propor exemplos de projetos a implementar.

(Para consulta das evidências clicar neste [link](#): fotografias, registo de presenças, relatórios)

7. ARTICULAÇÃO DA EDL COM AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS, TEMÁTICAS OU GENERALISTAS

A EDL proposta pretende-se articular com as diferentes estratégias a nível macro (europeu), regional e territorial:

Articulação da EDL com a Visão da União Europeia:

A Comissão Europeia estabelece uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE até 2040. Identifica domínios de ação conducentes a zonas e comunidades rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas. O Pacto Rural e o Plano de Ação para as Zonas Rurais da UE, com cerca de 30 ações e iniciativas tangíveis, associadas a novos instrumentos, ajudarão a alcançar os objetivos propostos.

Os quatro pilares da visão consistem na criação de comunidades mais fortes, integradas, resilientes e prósperas, aspetos que foram considerados e apresentados durante todo o processo de construção da estratégia e que incluem os aspetos que de seguida se apresentam.

P1 - Mais fortes: a) Revitalizar as zonas rurais mais afetadas pela perda de população; b) Criar um ecossistema de inovação mais forte para as zonas rurais; c) Promover a melhoria do trabalho em rede para LEADER e aldeias inteligentes; d) Otimizar o ordenamento do território; e) Apoiar a população jovem rural.

P2 - Interligadas: a) Desenvolver a mobilidade multimodal sustentável e serviços de mobilidade digital; b) Promover os futuros rurais digitais; c) Fazer a ponte entre o urbano e o rural através do Quadro de Mobilidade Urbana da EU; d) Implantar a banda larga nas zonas rurais; e) Continuar a promover a digitalização do setor agrícola; f) Melhorar a acessibilidade das zonas rurais através da utilização de drones.

P3 - Resilientes: a) Enfrentar as alterações climáticas nas zonas turfosas através da agricultura de carbono; b) Estabelecer um acordo sobre o solo para a Europa; c) Promover a resiliência social e das mulheres nas zonas rurais; d) Analisar a mobilidade espacial e as áreas demograficamente em declínio na Europa; e) Avaliar as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas; f) Apoiar a inclusão de comunidades migrantes nas zonas rurais; g) Assegurar a

igualdade de oportunidades para as crianças rurais; h) Responder às necessidades das pessoas com deficiência.

P4 - Prósperas: a) Apoiar o empreendedorismo e a economia social nas zonas rurais; b) Encorajar a educação, a formação e a criação de oportunidades de emprego para jovens em zonas rurais; c) Promover o desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável nas zonas rurais; d) Apoiar o papel das organizações de produtores e dos agrupamentos de produtores no desenvolvimento rural.

Articulação da EDL com a Visão PEPAC:

O PEPAC tem como visão: “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”, visão essa que se consubstancia em 4 prioridades, diretamente articuladas com a EDL:

P1 - Atividade produtiva suportada no princípio de uma **"gestão ativa" do território**

P2 - **Solo como principal ativo dos agricultores e produtores florestais** e associado ao uso dos restantes recursos naturais

P3 - **Sustentabilidade económica, social e ambiental** permitindo assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais

P4 - Desenvolvimento do setor baseado no **conhecimento**

Articulação da EDL com a Visão regional - Alentejo 2030

A EDL integra-se no lema da visão regional: «dotar a Região de uma base económica renovada capaz de tirar partido e enriquecer uma mais-valia ambiental, elemento diferenciador reconhecido pelo Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Dimensão ambiental do ISDR superior à média nacional) e um argumento competitivo na “atração de residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social”. Articula-se com os 7 domínios da EREI Alentejo 2030 – (1) Digitalização da economia, (2) Circularidade da economia, (3) Energia e mobilidade sustentáveis, (4) Bioeconomia sustentável, (5) Indústrias criativas, (6) Serviços de turismo e hospitalidade e (7) Inovação social e cidadania.

Por sua vez, a EIDT do Baixo Alentejo para 2027, propõe como objetivos estratégicos:

OE1. Posicionar o BA como um Território Amigo do Investimento

OE2. Afirmar o BA como um Território Capacitado e Empreendedor

OE3. Valorizar o BA como um Território Resiliente e de Excelência Ambiental

OE4. Reforçar o BA como um Território Residencial Atrativo e Inclusivo

OE5. Dinamizar o BA enquanto Território em Rede(s)

Visão territorial - Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Ourique

A nossa visão territorial foi construída colaborativamente com os parceiros durante as sessões estratégicas: **“Viver uma comunidade próspera e inclusiva que colabora para o desenvolvimento regenerativo do território”**. A frase “Viver uma comunidade” convida as pessoas a estarem implicadas nos atos de sonhar, planear, fazer/intervir e celebrar em comunidade. A comunidade é um organismo vivo cujos elementos ativam a sua respetiva essência e o respetivo potencial para trazer saúde e vitalidade ao sistema. Esta visão por sua vez subdivide-se em 4 enfoques temáticos, que cruzam o resultado desta visão territorial com as visões regionais, sectoriais e principalmente com a visão da União Europeia para os territórios 2040, resultando assim nos 4 enfoques já identificados no ponto 5 da MD.

Em baixo, relacionam-se os enfoques temáticos e as áreas intervenção da visão territorial desta EDL com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com as prioridades da visão Europeia para o mundo rural, com as prioridades do PEPAC, com os domínios da EREI Alentejo 2030, com os objetivos da EIDT Baixo Alentejo e ainda com os domínios de intervenção da ITI da Água e Ecossistemas da Paisagem (a saber: Ecossistemas terrestres e ambiente; Recursos hídricos; Pessoas e território):

Enfoques EDL	Áreas Intervenção EDL	ODS	EU Visão rural 2040	PEPAC	EREI Alentejo 2030	EIDT Baixo Alentejo	ITI Água e Ecossistemas
ET 1- Território Forte e Inclusivo	AI 1- Cidadania e Inovação Social	1, 3, 4, 5, 11, 16 e 17	P1, P3	P4	3, 7	OE2, OE4, OE5	++
	AI 2- Governança e Envolvimento da Sociedade Civil					OE2, OE5	++
ET 2- Território Conectado	AI 3- Infraestruturas e Serviços	7, 10 e 11	P2	P3	1, 3	OE4, OE5	
	AI 4- Transição Digital e Tecnológica					OE4, OE5	
ET3- Território Próspero	AI 5- Economia, Emprego, Empreendedorismo	1, 8, 9 e 10	P4	P3	1, 2, 3, 4, 5, 6	OE2, OE1	
	AI 6- Produção e Fornecimento de Bens Básicos			P1, P2, P4	1, 2, 3, 4, 7	OE1, OE3	++
ET4- Território Resiliente e Regenerado	AI 7- Transição Ecológica e Climática	6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15	P3	P2, P4, P3	2, 3, 4, 7	OE3	+++

8. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA EDL, A MOBILIZAR ATRAVÉS DO PEPAC, COM ESTABELECIMENTO DO PESO PERCENTUAL DE ALOCAÇÃO DE VERBAS E METAS A ATINGIR

O quadro abaixo apresenta as áreas de intervenção (AI) da EDL, resultantes do trabalho de co construção, identificando as necessidades principais e complementares alocadas, com o respetivo grau de intensidade, bem como o contributo para os indicadores de resultados PEPAC (global por enfoque temático (ET), e por área de intervenção):

Enfoques Temáticos (ET) - Áreas Intervenção (AI) - Necessidades- Resultados

		ET 1 - Território Forte e Inclusivo	AI 1 Cidadania e Inovação Social	AI 2 Governança e Envolvimento da Sociedade Civil	ET 2 - Território Conectado	AI 3 Infraestruturas e Serviços	AI - 4 Transição digital e Tecnológica	ET 3 - Território Próspero	AI 5 Economia, Emprego, Empreendedorismo	AI - 6 Produção e Fornecimento de Bens Básicos	ET 4 - Território Resiliente e Regenerado	AI 7 Transição Ecológica e Climática
Necessidades Principais	PTOE8N1	●	+++	+++	●	+++	++	●	++	+++	●	+++
	PTOE8N2							●	+++	+++	●	+++
	COE8N1							●	+	+++		
	COE8N2							●	+++	+++	●	+++
	COE8N3	●	+++	+++								
	COE8N5							●	+	+++	●	+++
	COE8N6							●	+	+++	●	++
Necessidades Complementares	COE8N7	●	++	++				●	+++	++		
	COE1N5							●	+++	+++		
	COE2N1							●	+	+++		
	PTOE2N1	●	+	+	●	+++		●	++	+++	●	++
	PTOE4N1										●	+++
	COE4N5										●	+++
	PTOE4N2										●	+++
	PTOE6N1										●	+++
	COE6N4										●	+++
	COE6N5							●	++	+++	●	+++
	COE6N6							●	++	+++	●	+++
	COE7N5	●	+++	++				●	+++	+++		
	COE9N5							●	++	+++	●	+++
	COE9N8										●	+++
Resultados	PTOTN1				●	+	+++	●		+++		
	PTOTN2	●	+++	++				●	++	+++		
	PTOTN4							●		+++	●	+++
	PTOTN3							●		+++		
	R.37	11%	11%					89%	51%	38%		
	R.39							95%	50%	45%	5%	5%
	R.40	50%	6%	44%	26%		26%	12%	12%		12%	12%
	R.41	80%	80%		20%	7%	13%					
	R.42	100%	100%									
	R.9							100%	5%	95%		
	R.10							85%		85%	15%	15%
	R.15							70%		70%	30%	30%
	R.17							100%		100%		
	R.18							100%		100%		

9. PLANO DE AÇÃO

O plano de ação abaixo reflete a proposta das ações a mobilizar através do regulamento FEADER e que antecipa o Plano de Ação da 2ª fase:

ÁREAS DE INTERVENÇÃO E PLANO DE AÇÕES POR ENFOQUE TEMÁTICO		Resultados	%
ET 1 - Território Forte e Inclusivo (22%)			
AI 1- Cidadania e Inovação Social (17%)	Apoio à criação / melhoria de serviços de promoção do bem-estar das populações rurais	R37	0,68
		R42	2,625
	Apoio à criação / melhoria e animação de infraestruturas das coletividades locais	R41	5
	Apoio à recuperação, beneficiação e valorização do património local, histórico e cultural, paisagístico e ambiental de interesse coletivo	R41	5
	Apoios a projetos inovadores de fixação e integração de população no território (migrantes, refugiados, nómadas digitais, novos rurais, novos empreendedores)	R42	2,625
		R40	0,45
	Apoio a iniciativas/projetos inovadores de e para jovens, em regime de custos simplificados	R42	0,75
	Desenvolvimento de Programa "Bairros Saudáveis" ou iniciativa análoga no quadro do DLBC Rural, em regime de custos simplificados	R42	0,75
AI 2- Governança e Envolvimento da Sociedade Civil (5%)	Apoio à criação de programas de teste e prototipagem de criação de emprego, empreendedorismo e de ocupações construtivas	R37	0,2
		R42	0,75
	Apoio a estratégias "Smart villages"/"Aldeias Inteligentes"	R40	1,95
	Apoio ao reforço / criação de redes colaborativas que visem a co-criação e co-construção de soluções mais adaptadas aos desafios do território, incluindo encontros/workshops inspiracionais e a ações de Benchmarking	R40	0,45
	Ações de capacitação, formação, informação e sensibilização (ETL, OG, Parceria, Beneficiários, Jovens) nas áreas estratégicas definidas na Macroestratégia	R40	0,45
ET 2 - Território Conectado (8%)			
AI 3- Infraestruturas e Serviços (3%)	Apoio à criação, adaptação e equipamento de espaços inovadores para a promoção e apoio eficaz ao empreendedorismo	R41	0,5
	Apoio a soluções inovadoras de transporte colaborativo de pessoas e de mercadorias	R41	0,38
AI 4- Transição Digital e Tecnológica (5%)	Apoio a soluções de conectividade à medida das necessidades das comunidades locais	R41	0,38
	Apoio à criação de plataformas digitais associadas a serviços de transporte colaborativos	R41	0,38
	Apoio à criação, teste e implementação de projetos que potenciem a tecnologia na monitorização de necessidades, saúde e bem-estar e acessibilidades no meio rural	R41	0,50
	Implementação de Digital Innovation Hubs para empreendedores	R41	0,38
	Apoio a estratégias "Smart villages"/"Aldeias Inteligentes"	R40	1,95
ET 3 - Território Próspero (65%)			
AI 5- Economia, Emprego, Empreendedorismo (30%)	Apoio a novas empresas e a projetos empreendedores, bem como apoio a empresas já existentes para criação de novos produtos, serviços ou processos, com foco na sustentabilidade e na economia regenerativa (atividades económicas nas explorações agrícolas e na economia local)	R37	3,6
		R39	10,00
		R9	1,13
	Apoio a projetos específicos de uso partilhado e/ou de economia circular	R40	0,45
	Programas de Teste e Prototipagem de Criação de Emprego e Empreendedorismo (tutoria da ideia ao projeto, incluindo experimentação e teste em situação real)	R37	0,48
		R39	1,25
	Apoio a programas de sustentabilidade setoriais ou de fileira	R39	1,25
	Apoio a iniciativas de promoção e valorização do território e dos seus produtos e serviços	R40	0,45

ET 3 - Território Próspero (65%)

AI 6- Produção e Fornecimento de Bens Básicos (35%)	Apoio a novos produtos, melhoria de processos e/ou valorização na produção, transformação e comercialização, com enfoque na sustentabilidade, incluindo soluções de SMART Agriculture	R37	3,04
		R39	10,00
		R9	12,38
		R10	9
		R17	0,3
	Apoio a projetos de diversificação de áreas florestais, florestação de terras agrícolas e de sistemas agroflorestais, que incluam técnicas de regeneração e a introdução de espécies funcionais, que promovam a biodiversidade, a multifuncionalidade e os serviços ecossistémicos essenciais	R15	1,75
		R17	1,2
	Apoio a projetos de transição e consolidação para a Agricultura regenerativa, de sequeiro e de regadio	R18	0,8
		R9	2,25
	Apoio a projetos de uso partilhado e/ou de economia circular nos setores produtivos (equipamentos para agricultura regenerativa, transformação e processamento agroindustrial, indústrias, compostagem, etc.)	R9	2,25
		R39	1,25
	Apoio à implementação, teste e monitorização de investimentos que promovam as cadeias curtas e o consumo local	R10	1,2
	Apoio a programas de teste e monitorização de práticas que promovam a eficiência de uso de água (agricultura e indústria), a regeneração dos solos e o aumento da produtividade, sem comprometer a biodiversidade	R9	2,25
	Apoio a projetos piloto de estudo de variedades e técnicas que promovam a adaptação climática e a produtividade na agricultura, floresta, pecuária e recursos silvestres	R9	2,25
		R18	0,1

ET 4 - Território Resiliente e Regenerado (5%)

AI 7- Transição Ecológica e Climática (5%)	Apoio a projetos que promovam a transição para uma economia que respeita as fronteiras planetárias, incluindo economia circular, redução do desperdício alimentar, circuitos curtos, cooperação intersectorial	R39	1,25
		R40	0,450
		R10	1,2
	Apoio a ações de planeamento e implementação de técnicas de desenho hídrico da paisagem em meio rural e urbano	R10	0,6
		R18	0,1
	Apoio à resiliência das aldeias situadas em territórios vulneráveis a fogos rurais e florestais, nomeadamente ao nível da alteração do uso e ocupação dos solos e da gestão de combustíveis em rede dos aglomerados urbanos	R40	0,45
	Apoio a investimentos em projetos que promovam a eficiência energética e hídrica ao nível urbano e rural, incluindo para a produção de energias renováveis	R15	0,75

Quadro Resumo:

R.37	Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	8%
R.39	Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	25%
R.40	Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	7,5%
R.41	Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	12,5%
R.42	Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	7,5%
R.9	Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	22,5%
R.10	Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	12%
R.15	Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)	2,5%

Castro Verde, 10 de Agosto de 2023